

DE QUE FORMA SITES DE SINDICATOS DO RIO GRANDE DO SUL SE POSICIONAM EM RELAÇÃO AO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS DURANTE A COVID-19?

Ariane Brião dos Santos¹, Viviane Castro Camozzato²

1* Acadêmica; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul UERGS/ Bagé, arianebriao@hotmail.com

2* Dr; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul UERGS/ Bagé.

17

O presente trabalho tem como intenção analisar a variação dos discursos dos sites de sindicatos (CPERS/RS, SINPRO/RS e SINEPE/RS) a respeito do retorno presencial das aulas no estado do Rio Grande do Sul, especialmente diante do cenário de pandemia. Para isso, foram coletadas notícias dos sites dos sindicatos no período de 01 de agosto até a primeira semana de setembro de 2020. A partir das análises foi possível perceber as diferenças discursivas, tendo em vista os embates em torno do saber-poder e as discordâncias dos sindicatos em relação à volta ou não às aulas presenciais. CPERS/RS e SINPRO/RS se posicionam contrários a um retorno sem uma efetiva segurança de professores, estudantes e sociedade. O SINEPE/RS, por sua vez, defende um retorno em forma de ensino híbrido ao argumentar que as instituições privadas se organizaram para tal. Considerando que em nosso cotidiano estamos rodeados dos mais variados discursos, os quais produzem modos de pensar e agir, entender a produtividade dos discursos permite mapear e identificar as lutas e os interesses em relação ao “voltar às aulas”

Palavras-chave: Pandemia; Discurso; Sindicatos; Aulas presenciais.

INTRODUÇÃO

Partimos do seguinte questionamento para a realização deste trabalho: “De que modo a educação escolar tem sido, durante a pandemia da COVID-19, colocada na ‘ordem do discurso’ em relação aos endereçamentos em torno de uma volta às aulas no RS?” Temos como objetivo principal investigar a rede discursiva em torno do retorno às aulas, no RS, durante a continuidade da pandemia da COVID-19. Para a realização de tal intento, é preciso contextualizar que no dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a COVID19 estava sendo considerada uma epidemia, levando em conta o número de aumento de casos, países contaminados e número de óbitos consequentes da doença. A OMS solicitou que os países adotassem estratégias onde os governos e as sociedades estivessem envolvidos para salvar vidas e diminuir os impactos causados pelo novo coronavírus. Sendo assim, destacou três situações que os países poderiam enfrentar:

clusters de casos após importações; grandes surtos em “locais fechados”, como asilos, prisões, campos militares, reuniões de massa; e transmissão comunitária em massa, que é mais provável de ocorrer durante a temporada de gripe. (OPAS, 2020)

O governo do Rio Grande do Sul, diante deste cenário, anunciou que faria um decreto para suspensão das aulas nas escolas públicas e privadas do estado. A suspensão ocorreu a partir de 18 de março de 2020, com previsão para retorno às atividades presenciais em início de abril, a princípio. Houve a indicação de que a Secretaria de Educação entraria em contato ao decorrer dos dias com a finalidade de orientar as escolas perante esta situação, já que “essa escolarização em domicílio é movida por um sentimento de que não podemos perder tempo, de que não podemos parar” (SARAIVA, TRAVERSINI e LOCKMANN, 2020, p. 14), uma vez que a educação deveria dar continuidade às atividades escolares, mesmo que de maneira remota. A noção de que é preciso seguir apesar dos riscos evidencia, a nosso ver, o quanto o discurso possui regras de aparecimento, possuindo condições de apropriações e determinando-se como um bem que é desejável, útil, finito, sendo objeto de luta política (FOUCAULT, 1996). Considerando o exposto, precisamos trazer para o âmago do debate as sínteses discursivas que nos alcançam e são consideradas como normais no mundo social em que vivemos, a fim de mostrar que resultam de uma profunda artimanha que a permite se mostrar desta maneira neste momento. É necessário compreender, problematizar e analisar, posto que são formas que necessitam ser desnaturalizadas e precisam ficar em suspenso.

METODOLOGIA

A partir de buscas circunscritas ao período de 01 de agosto até a primeira semana de setembro de 2020, foram realizadas análises acerca das notícias referentes ao retorno das aulas presenciais no estado inseridas nos sites dos sindicatos a seguir: Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/RS), Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do

Sul (SINPRO/RS) e Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINEPE/RS).

Assim, após selecionar os três veículos que iriam compor o material empírico, foi possível organizar os dados coletados, bem como realizar o levantamento dos mesmos, observando os discursos que estão presentes nas notícias. Sintetizamos abaixo os veículos e a quantidade de documentos encontrados e analisados até o momento:

Tabela 1:

Veículo	Nº Documentos
CPERS	14
SINPRO/RS	5
SINEPE	4

Fonte: sites dos sindicatos do RS

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É visível a desproporção dos sites em relação a abordagem quanto ao retorno das atividades presenciais. O CPERS lidera as notícias com 14 (catorze), em segundo lugar o SINPRO/RS, com 5 (cinco), e em último lugar o SINEPE, com 4 (quatro). A divergência não ocorre somente no número de publicações acerca do tema abordado, mas em relação à forma como o discurso é conduzido também.

O CPERS é bem enfático em suas notícias, deixando claramente aberta a posição contrária em relação ao retorno presencial, já que levam em consideração pesquisas e opiniões dos responsáveis, como mostra a notícia do dia 07 de agosto: “De acordo com os dados apresentados hoje, 89% das mães, pais e responsáveis consideram importante que o Estado forneça uma vacina gratuita e em massa para o retorno presencial às escolas em Porto Alegre.”

Afirmam, ainda, que não basta somente o governo remarcar o início das aulas presenciais, uma vez que tal retorno engloba muitos aspectos, como citado na notícia do dia 27 de agosto:

Não é razoável abrir as escolas para lidar com as consequências depois, como se as milhões de vidas envolvidas fossem cobaias de um grande laboratório. É preciso lidar com a pandemia primeiro e, só então, debater um retorno seguro. A realidade é que o governador não fez o dever de casa. Eduardo Leite sequer foi capaz de fornecer EPIs adequados para as escolas estaduais que operam em regime de plantão para entregar atividades e realizar tarefas administrativas. Contrariando as principais recomendações internacionais, o estado continua sem testes em massa, sem rastreamento de contatos e sem o isolamento adequado. As curvas não apresentaram uma redução expressiva, a dança das bandeiras perdeu o sentido e a transmissão comunitária permanece fora de controle.

20

Na última notícia analisada, do dia 02 de setembro, o CPERS protocolou um requerimento no Ministério Público se posicionando contra a abertura das escolas diante do cenário que estamos vivendo:

O documento, elaborado pela assessoria jurídica, argumenta que o governo gaúcho deve observar uma série de condicionantes a fim de evitar que as instituições de ensino se transformem em focos de disseminação da Covid-19 e um fator de risco sanitário para a coletividade... O ofício cita estudos nacionais e internacionais, recomendações da OMS e marcos legais para embasar a demanda. O texto resgata, por exemplo, o voto do ministro do STF Luís Roberto Barroso em decisão que ratificou entendimento do princípio da precaução pela preservação dos direitos fundamentais à vida e à saúde.

Já o Sinpro/RS noticiou, no dia 07 de agosto, a vacina como fator primordial para o retorno das atividades presenciais, bem como abordou a pesquisa que realizaram com os responsáveis dos discentes: “De acordo com os dados apresentados hoje, 89% das mães, pais e responsáveis consideram importante que o Estado forneça uma vacina gratuita e em massa para o retorno presencial às escolas em Porto Alegre.”

A notícia do dia 14 de agosto vai ao encontro da anterior, posicionando-se contra o SINEPE/RS e explanando a seguinte opinião: “O Sinpro/RS, por sua vez, se posicionou no sentido de que só será favorável ao retorno das aulas presenciais quando houver segurança para professores e estudantes”.

E a última notícia analisada até o momento foi publicada no dia 02 de setembro, onde explana que a maioria dos prefeitos do RS não estão de acordo com a reaberturas das escolas:

Em reunião com prefeitos, na última terça-feira, 1º de setembro, o governador Eduardo Leite propôs novamente o retorno das aulas presenciais nas escolas das redes pública e privada, desta vez, com início no próximo dia 8 de setembro. Na prática, apenas uma semana

de diferença da proposta anterior – 31 de agosto –, que havia já sido rechaçada por prefeitos, sindicatos de professores e associações de pais.

O Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINEPE/RS) se posiciona a favor do retorno. Entretanto, expõe que não da maneira como estávamos habituados, mas de uma forma híbrida, como está na notícia do dia 11 de agosto:

21

Agora, a educação se prepara para um novo cenário: o ensino híbrido, que se torna uma opção no possível retorno presencial. No entanto, o palestrante fez um alerta: “Será necessário diferenciar as tradicionais aulas híbridas daquelas lecionadas durante o período de excepcionalidade. O momento exige flexibilidade, um ensino híbrido que considere as diferentes rotinas familiares”.

A última notícia disponível, até o presente momento, no site do SINEPE, comemora a posição do governador do estado, onde concede a abertura das escolas, a notícia aborda a seguinte fala:

O Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINEPE/RS) saúda a decisão do Governo do Estado pela definição da data de retorno das aulas presenciais e apresentação de um calendário que guiará as escolas públicas e privadas na retomada das suas atividades... Solicitamos aos prefeitos que sigam a orientação do Governo do Estado, cumpram o calendário proposto – com embasamento em estudos científicos e avaliação criteriosa da situação – e dêem suporte a essa abertura. E se acreditam que não há condições de abrir as escolas públicas das suas cidades, que dêem essa opção às escolas privadas, prontas para acolher seus alunos.

CONCLUSÃO

É perceptível que os discursos possuem variações e afetam diretamente as pessoas que o cercam. Considerando isso, nossa intenção nessa etapa inicial da pesquisa foi compreender como os artefatos midiáticos de três sindicatos do RS estão se posicionando acerca do retorno às aulas presenciais, uma vez que esse assunto tem sido cada vez mais abordado a partir do mês de agosto.

As notícias existem com a finalidade de informar a população sobre o que está acontecendo acerca da mesma, reproduzindo os discursos que estão em evidência. Diante do referencial teórico explanado e dos dados coletados, pode-se concluir que há uma clara divergência entre os discursos e as posições dos

diferentes sindicatos, já que atendem a jogos de saber-poder díspares. A nosso ver, entender a produtividade dos discursos permite mapear e identificar as lutas e os interesses em relação ao “voltar às aulas”.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, M; TRAVERSINI, C. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. OPAS BRASIL. 11 mar. 2020. Disponível em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812 Acesso em 02 set. 2020.

SARAIVA, K; TRAVERSINI, C; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020.